

CONHECIMENTO E RELAÇÃO CAPITAL/TRABALHO NA DINÂMICA DO CAPITALISMO: a abordagem marxista da tese do capitalismo cognitivo

*KNOWLEDGE AND CAPITAL/WORK RELATION IN THE DYNAMICS OF CAPITALISM: a Marxist approach to the thesis
of cognitive capitalism*

*CONOCIMIENTO Y RELACIÓN CAPITAL/TRABAJO EN LA DINÁMICA DEL CAPITALISMO: una aproximación marxista a
la tesis del capitalismo cognitivo*

RESUMO

O papel crescente do conhecimento e da dimensão cognitiva do trabalho é um dos traços de destaque do novo capitalismo. Todavia, a importância do conhecimento na dinâmica econômica não é, enquanto tal, uma novidade histórica. Então a questão é saber quais são os instrumentos teóricos mais idôneos para entender o seu novo papel no desenvolvimento das metamorfoses contemporâneas dentro da relação capital-trabalho. No rastro da concepção *smithiana* sobre a divisão do trabalho e do progresso técnico, as teorias neoclássicas do crescimento endógeno e da economia do conhecimento interpretam esta evolução através de uma abordagem que faz uma abstração pelo tempo histórico e pelas relações sociais de produção. Este artigo propõe mostrar a atualidade da perspectiva crítica marxista, cuja antítese nesse contexto metodológico parte da centralidade do antagonismo capital-trabalho e dos conflitos de saber e de poder que dão a estrutura para o desenvolvimento das forças produtivas. Para este fim, depois de relembrar os fundamentos teóricos da abordagem de Marx sobre a elaboração de uma *economia histórica do conhecimento*, analisaremos algumas mutações persuasivas da organização da produção do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: economia histórica do conhecimento; capitalismo cognitivo; conflitos do saber; forças produtivas; mais-valor.

ABSTRACT

The growing role of knowledge and the cognitive dimension of labour is one of the outstanding features of the new capitalism. However, the importance of knowledge in economic dynamics is not, as such, a historical novelty. So the question is which theoretical tools are best suited to understanding its new role in the development of contemporary metamorphoses within the capital-labour relationship. In the wake of Smith's conception of the division of labour and technical progress, the neoclassical theories of endogenous growth and the knowledge economy interpret this evolution through an approach that abstracts from historical time and the social relations of production. This article aims to show the relevance of the critical Marxist perspective, whose antithesis in this methodological context is based on the centrality of the capital-labour antagonism and the conflicts of knowledge and power that provide the framework for the development of the productive forces. To this end, after recalling the theoretical foundations of Marx's approach to the elaboration of a historical economy of knowledge, we will analyze some persuasive mutations in the organization of production in contemporary capitalism.

Keywords: historical economy of knowledge; cognitive capitalism; conflicts of knowledge; productive forces; surplus value.

 Carlo Vercellone ^a

^a Université de Vicennes–Paris 8, Saint-Denis, França.

DOI: 10.12957/geouerj.2024.82992

Correspondência:
carlo.vercellone@univ-paris8.fr

Recebido em: 23 mar. 2024

Revisado em: 23 mar. 2024

Aceito em: 23 mar. 2024



RESUMEN

El creciente papel del conocimiento y la dimensión cognitiva del trabajo es una de las características más destacadas del nuevo capitalismo. Sin embargo, la importancia del conocimiento en la dinámica económica no es, como tal, una novedad histórica. Así pues, la cuestión es saber qué herramientas teóricas son las más adecuadas para comprender su nuevo papel en el desarrollo de las metamorfosis contemporáneas en el seno de la relación capital-trabajo. Siguiendo la estela de la concepción smithiana de la división del trabajo y del progreso técnico, las teorías neoclásicas del crecimiento endógeno y de la economía del conocimiento interpretan esta evolución a través de un enfoque que hace abstracción del tiempo histórico y de las relaciones sociales de producción. Este artículo pretende mostrar la pertinencia de la perspectiva marxista crítica, cuya antítesis en este contexto metodológico se basa en la centralidad del antagonismo capital-trabajo y de los conflictos de saber y de poder que enmarcan el desarrollo de las fuerzas productivas. Para ello, tras recordar los fundamentos teóricos del planteamiento de Marx para la elaboración de una economía histórica del conocimiento, analizaremos algunas mutaciones persuasivas de la organización de la producción en el capitalismo contemporáneo.

Palabras Clave: economía histórica del conocimiento; capitalismo cognitivo; conflictos del conocimiento; fuerzas productivas; plusvalía.



Marx e o conhecimento em discussão na relação capital/trabalho

A análise do papel do conhecimento nas novas formas da subsunção do trabalho ao capital deve partir de um ensinamento crucial, deixado por Marx, relativo à natureza do trabalho vivo. Trata-se do modo no qual o trabalho, enquanto atividade cognitiva, unidade indissociável de pensamento e de ação, é por certos aspectos a essência do homem, aquilo que o diferencia de todos os outros seres vivos¹. Nesta ótica, um ponto teórico essencial nos parece ser o seguinte: se a dimensão cognitiva do trabalho é a própria essência da atividade humana, ela pode, todavia, revelar um obstáculo ao controle capitalístico da produção e, portanto, ao processo de acumulação. Particularmente, os conhecimentos (formalizados ou silenciosos) controlados pelo trabalho são para o capital a fonte de uma incerteza estrutural relativa à execução do contrato de trabalho. A aquisição e a venda da força-trabalho dizem respeito, de fato, sobre o colocar à disposição por parte do trabalhador uma certa quantidade de tempo e não o trabalho efetivo dos assalariados, o que redireciona à distinção entre valor de troca e valor de uso da força-trabalho e à aristotélica entre conceito de *potência* e de *ato*. A questão marxiana ligada a esse hiato entre força-trabalho e trabalho, entre o conhecimento e o seu colocar-se efetivamente em operação ao serviço do capital, antecipa em mais de um século o que a teoria econômica padrão diz, atualmente, sobre os problemas inerentes ao caráter incompleto do contrato de trabalho e a incerteza relativa à sua execução².

Simplificando ao máximo, é útil então observar como teoricamente existam duas soluções possíveis e opostas ao dilema do capital, embora sempre tenham dialogado em diferentes proporções e situações na história dos modelos produtivos.

A primeira situação atravessa a reflexão econômica e de gerenciamento dos primeiros grandes teóricos da revolução industrial: Smith, Ure, Babbage, Taylor e Ford, que consiste em passar o controle do conhecimento produtivo das mãos do trabalho às do capital, expropriando os trabalhadores dos seus saberes através da codificação e da prescrição precisas dos tempos e dos modos das diferentes funções. A subjetividade do trabalhador é, nesse caso, idealmente negada e separada do próprio trabalho, mesmo que a realização deste processo se choque com alguns limites estruturais.

A segunda solução para o capital consiste em aceitar, *volens-nolens*, a dimensão cognitiva do trabalho e, portanto, a autonomia do qual dispõem os trabalhadores no processo de produção. Alcançando assim o

¹ Sobre esse ponto ver em particular as célebres metáforas da abelha e do arquiteto e da aranha e do tecelão explanadas em K. Marx, *O Capital*, Livro primeiro, Editori Riuniti, Roma, 1974, p. 212.

² Como recorda Marx, tal incerteza é além disso a razão pela qual na verdade não é o capital que antecipa os salários, mas são os trabalhadores que dão crédito ao capital, já que antecipam o valor de uso de sua força de trabalho «antes que lhe tenha sido pago o preço», lvi, p. 207.



objetivo de que o trabalho não pode ser precisamente codificado, em um certo sentido deve ser prescrita a própria subjetividade dos trabalhadores, a fim de que coloquem voluntariamente os seus saberes a serviço da empresa.

Seja como for, podemos entender desde então a jogada crucial que atravessa toda a história do capitalismo. Essa jogada representa as relações de saber e de poder que atam os nós entorno da organização social da produção, e isso por duas razões essenciais.

A primeira é que aqueles que controlam os saberes produtivos, codificados e tácitos são em grau de determinar os ritmos produtivos e a intensidade do trabalho. Observamos, a propósito, que a noção de *conhecimento tácito e não expresso* não deve ser compreendida somente no sentido de Michael Polanyi – como o fato de que “nós sabemos sempre mais do quanto conseguimos expressar”³. Ela deve ser compreendida também como um *conhecimento tácito* deliberadamente *não expressado* pelos trabalhadores, que se estende no quadro de uma divergência objetiva de interesses entre capital e trabalho. É o que reconhecia explicitamente Taylor, fazendo dos *saberes empíricos* dos operários e das suas práticas de atraso intencional da produção o centro da elaboração dos princípios da organização científica do trabalho. De maneira mais geral, antes e depois de Taylor, podemos afirmar que um dos pontos que agravam o conflito entre capital e trabalho gira entorno da tensão entre a tentativa de gerenciamento de apropriar-se e de codificar os conhecimentos dos assalariados, e a irredutibilidade da dimensão tácita deles, como instrumento de resistência e de afirmação da alteridade do trabalho vivo em relação à racionalidade econômica do capital.

A segunda razão, mais fundamental ainda, é sobre aqueles que controlam os saberes produtivos, o que Marx chama de “as potências intelectuais da produção”⁴, que podem também almejar o gerenciamento da produção, decidindo não somente sobre a organização do trabalho, mas também tomando decisões sobre as finalidades da produção, e assim recolocando em discussão as questões de base da economia política: O que é a riqueza? O que produz? De que maneira? Para quem? Para satisfazer quais necessidades? Baseada em quais normas de distribuição?

O conceito marxiano de exploração não se reduz unicamente à apropriação do mais-valor, pois o limitaria a um problema inerente a distribuição de renda. Designa também, de maneira indissociável, a alienação do trabalho em relação ao conteúdo e ao sentido da atividade produtiva, revelando, no plano político, um dos aspectos centrais que fazem da “democracia burguesa” uma democracia incompleta: o monopólio do capital sobre as decisões que controlam a organização social da produção. O entrelaçamento

³ M. Polanyi, *The Tacit Dimension*, The University of Chicago Press, Chicago, 1992, p. 4, tradução nossa.

⁴ K. Marx, *O Capital*, op.cit., p.404.



das relações de exploração e de alienação constitui também através do qual Marx, com os conceitos de *subsunção formal*, de *subsunção real* e de *General Intellect*, fornece os elementos de uma periodização lógico-histórica do papel do conhecimento em diferentes configurações da relação capital-trabalho.

A primeira fase, da subsunção formal, entre o início do século XVI e final do século XVII, é baseada nos modelos produtivos do *putting out system* e da manufatura centralizada. A organização da produção da manufatura é marcada pela hegemonia dos saberes dos artesãos e dos operários de carreira, e caminha ao mesmo tempo, como no capitalismo contemporâneo, com a preeminência de mecanismos de acumulação baseados no capital comercial e financeiro. O capital não possui ainda uma estrutura independente do trabalho e por isso Marx, no capítulo VI inédito do *Capital*⁵, afirma que a subsunção formal se apoia no mais-valor absoluto, enquanto a extensão do tempo de trabalho continua sendo o principal dispositivo do qual o capital dispõe para aumentar a taxa de exploração.

A segunda etapa começa a partir da necessidade capitalista de tomar o controle das *potências intelectuais da produção* para superar o obstáculo representado pela resistência do universo dos saberes artesanais. Isso explica por que a lógica da divisão capitalista do trabalho, logo após a primeira revolução industrial, consistia na tentativa de esvaziar, quanto possível, o trabalho da sua dimensão cognitiva para transformá-lo no seu contrário: uma atividade mecânica, repetitiva, um trabalho *sans-phrase*, reduzido em mero desperdício de energia mental e física efetuado em um tempo determinado. Trata-se do que Marx caracteriza como a passagem da *subsunção formal* à *subsunção real* do trabalho para o capital. A subjugação do trabalho ao capital não é mais somente de natureza monetária, mas encontra-se na própria materialidade de um desenvolvimento capitalista das forças produtivas que opõe e separa a ciência e o trabalho coletivo.

Mesmo com essa tendência, que encontrou o seu cumprimento histórico no modelo de crescimento fordista, permanecerá sempre incompleta e imperfeita. Um novo tipo de saber tenderá incessantemente a reconstituir-se em um nível mais elevado do desenvolvimento da divisão técnica e social do trabalho, como mostra, logo após a crise fordista, o retorno forte da dimensão cognitiva do trabalho. É o que Marx havia em parte prefigurado, em particular nas passagens do “Fragmento das máquinas” dos *Grundrisse*⁶, no qual faz um rascunho sobre a hipótese de uma nova etapa da divisão do trabalho no qual o saber ressocializa-se e “transforma-se em força produtiva imediata”⁷. Emprega para esse propósito o termo *General Intellect* (Intelecto Geral) indicando duas transformações maiores que se encontram efetivamente no coração das

⁵ K. Marx, *O Capital*: Livro I, capítulo VI inédito, La Nuova Italia, Firenze, 1969.

⁶ K. Marx, *Lineamentos fundamentais de crítica da economia política*. Grundrisse, Einaudi, Torino, 1977.

⁷ Ivi, p. 719.



contradições da relação capital-trabalho no capitalismo contemporâneo⁸: de um lado, do ponto de vista fixo, a automatização reduz o tempo de trabalho direto, necessário para a produção das mercadorias, a uma quantidade secundária. A partir daí alcança a crise tendencial da lei do valor que abre o horizonte para uma economia baseada na abundância, não mercantil e na gratuidade; do ponto de vista do trabalho vivo, indica a emergência de uma nova figura do trabalhador coletivo, a inteligência geral, “no cérebro onde está todo o saber acumulado na sociedade”⁹ e que detém, portanto, potencialmente os pré-requisitos de uma autogestão das condições sociais da produção.

Conhecimento e relação capital-trabalho no capitalismo cognitivo: algumas contradições inéditas

A crise do fordismo recolocou em discussão certas invariáveis estruturais do capitalismo industrial e a uma crise com viés da lógica da subsunção real. Temos aqui a abertura de uma fase histórica completamente inédita relativa ao papel do conhecimento na relação capital-trabalho, que encontra suas raízes em duas rupturas maiores e fortemente entrelaçadas. Consegue-se, assim, a constituição de uma intelectualidade difusa e a volta da dimensão cognitiva do trabalho. Neste quadro, o conhecimento e o trabalho intelectual não são mais, como afirma a teoria econômica desde Smith, a prerrogativa de uma “classe particular de cidadãos”¹⁰ ou, evocando Arrow, de um setor especializado da economia empenhado nas atividades de R&S¹¹. Dispersaram-se no interior da sociedade, e essas formas de dispersão do conhecimento manifestam-se progressivamente tanto no interior das empresas quanto no florescer de formas de organização alternativas de produção de conhecimentos e de inovações do modelo dos *Commons* do *software* livre.

A segunda ruptura depende do desenvolvimento da revolução e da internet, que permitiu uma redução incrível dos custos de codificação e de circulação dos conhecimentos. Ao mesmo tempo, essa ruptura conduziu à desmaterialização de muitos bens culturais e de meios de produção informáticos que, no jargão da teoria econômica, tornaram-se *bens coletivos*, não oponentes, de difícil exclusão através dos preços e frequentemente acessíveis através de um simples clic. É necessário também observar que o elemento primordial da transformação atual do trabalho não pode ser explicado por um determinismo tecnológico, no qual tudo é atribuído à dinâmica de “destruição criativa” do capital. A revolução das ICT e da internet encontra suas raízes na força de uma invenção de uma intelectualidade difundida, que teve a intenção de subverter o

⁸ Para um exame dessas passagens dos Grundrisse ver em particular: A. Negri, *Marx além de Marx*, Feltrinelli, Milano, 1979; C. Vercellone, *From formal subsumption to General Intellect: elements for a Marxist reading of the thesis of cognitive capitalism*, « Historical materialism », Vol. 15, n°1, 2007, p. 13-36.

⁹ K. Marx, *Lineamentos fundamentais*, Infra, p. 725

¹⁰ A. Smith, *A riqueza das nações*, Newton Compton, Roma 1995, p. 77.

¹¹ K. Arrow, *Economic Welfare and the Allocation of Resource for Invention*, in R. Nelson (ed.) «The Rate and Direction of inventive Activity: Economic and Social Factors», Princeton University Press, 1963, pp. 609-625.



modelo vertical e unidirecional da própria comunicação na época fordista. Toda a história da revolução informática é uma ilustração desse aspecto crucial. Desde a concepção do *personal computer* até aquela dos protocolos da web divulgados por Tim Berners Lee no domínio público, sem esquecer da inovação jurídica do *copyleft*, a natureza aberta das tecnologias e dos modelos da internet foi o produto de uma construção social do *comum* em permanente conflito, seja com a lógica estatal como com a proprietária das grandes oligarquias da rede.

Enfim, as bases do desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento precedem, de um ponto de vista lógico e histórico, a formação do capital cognitivo. Este último é o resultado de um processo de reestruturação do capital através do qual ele tenta absorver e de submeter a sua lógica às forças produtivas de uma economia baseada no conhecimento, sufocando o potencial de emancipação inerente na sociedade do *general intellect*¹².

Para o conceito de capitalismo cognitivo podemos então dar a seguinte definição: ele indica, depois do capitalismo mercantil e do capitalismo industrial, o evento de uma nova fase do capitalismo, na qual a dimensão cognitiva e imaterial do trabalho torna-se dominante na criação do valor. Entramos em uma economia centrada nas *relações de serviço* e, em diversas atividades produtivas, em uma *economia do protótipo*, na qual a parte essencial do esforço produtivo reside na idealização da primeira unidade, enquanto os custos de reprodução são muito baixos, às vezes quase zero, como é o caso paradigmático do setor informático, das indústrias culturais e criativas, e do próprio setor farmacêutico. Nesse panorama, portanto, a aposta central pela valorização do capital depende cada vez mais do controle das condições coletivas da produção de conhecimento e da transformação delas em um capital e em uma mercadoria fictícios.

Isso explica o crescente papel de mecanismos de acumulação por *desapropriação* e baseados na renda, como podemos ver no extraordinário fortalecimento dos direitos de propriedade intelectual que foi impulsionado até recolocar em discussão as mesmas fronteiras tradicionais entre descoberta e invenção, incluindo os mecanismos de circulação do conhecimento e da inovação. Muito longe de serem sinônimos, capitalismo cognitivo e economia baseada no conhecimento exprimem, portanto, o que Marx chamou de uma situação de *não correspondência* e de tensão profunda entre relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas.

Duas outras transformações importantes da relação capital-trabalho permitem ilustrar o escopo dessas tensões, seja como organização do trabalho seja como contradição entre o caráter social da produção e o privado da apropriação.

¹² A. Negri, C. Vercellone, *Le rapport capital/travail dans le capitalisme cognitif*, «Multitudes», n°32, 2008, pp. 39-50.



A produção do chamado capital intangível e dos serviços do Welfare State

A primeira evolução retoma a interpretação de um *fato estilizado* frequentemente evocado pelas análises do acontecimento de uma *Knowledge based economy*. Fazendo referência à dinâmica histórica através da qual, a parte do capital intangível (R&S, mas, sobretudo, instrução, formação e saúde)¹³, teria superado, a partir da metade dos anos 70 nos Estados Unidos e um pouco mais tarde na Europa, a parte do capital material no *stock* global de capital, tornando o fator principal do desenvolvimento. Esta tendência tem duas implicações principais, estreitamente articuladas, porém sistematicamente ocultadas pelas teorias econômicas *mainstream*.

A primeira é que o componente mais significativo do aumento do capital considerado Intangível está estreitamente conectado à formação do que podemos definir uma intelectualidade difundida. Ela exprime o modo no qual, no capitalismo contemporâneo, os *saberes vivos* incorporados e mobilizados pelo trabalho desenvolvem, na organização social da produção, um papel atualmente preponderante em relação aos *saberes mortos* incorporados no capital constante e na organização gerencial das empresas.

A segunda implicação é que, contrariamente a uma ideia já difundida, os setores motores e as organizações chave de uma economia baseada no conhecimento não se encontram nos laboratórios privados de R&S das grandes empresas. Correspondem ao que podemos chamar de *produções coletivas do humano através do humano*¹⁴ tradicionalmente fornecidas pelos serviços do *Welfare State* (sistemas sanitário, formação, ensino e pesquisa fundamental), segundo uma lógica não mercantil. Apesar da sua importância, esse fato é sistematicamente omitido pelos economistas *mainstream*. A explicação está no papel estratégico que a saúde, o ensino e a cultura assumiram no novo capitalismo, seja do ponto de vista da produção quanto da demanda social. São alguns interesses econômico-financeiros bem concretos, e não os presumidos custos e as ineficiências do *Welfare State*, que explicam a pressão extraordinária que exerce o capital para privatizar esses serviços coletivos ou que são subordinados aos princípios do *New Public Management*, introduzindo a lógica da concorrência, da *lean production* e do resultado quantitativo, além do prelúdio do triunfo puro e simples das normas do valor e do proveito. A crise da dívida soberana foi um pretexto para acelerar essa tendência. Encontra-se aqui uma das explicações mais lógicas da irracionalidade macroeconômica e social das políticas de austeridade exigidas pelos mercados financeiros e pela EU, políticas que têm conduzido ao degrado progressivo dos sistemas públicos de saúde, de ensino e de pesquisa, criando uma escassez artificial de recursos em grande parte responsável da gravidade da crise sanitária do coronavírus. Geralmente, o

¹³ D. Foray, *L'économie de la connaissance*, La Découverte, Paris, p. 20-21, 2000.

¹⁴ As origens desse conceito encontram-se no conceito de modelo antropogênico definido por Boyer. Cf. R. Boyer, *La croissance au début du siècle*, Albin Michel, Paris, 2002.



sistema sanitário e o ensino são atividades que não podem ser submetidas à racionalidade econômica do capital, pois o preço será de desigualdades insustentáveis e de uma drástica redução da eficácia social de tais produções. Dois principais argumentos permitem corroborar essa tese.

O primeiro é o caráter intrinsecamente cognitivo, relacional e afetivo dessas produções nas quais o trabalho não consiste em agir na matéria inanimada, mas sobre o próprio homem em uma relação de coprodução de serviços. Como já destacava Marx no capítulo VI inédito, nesses setores nem a atividade do trabalho, nem o produto (que corresponde ao próprio homem na singularidade de cada indivíduo) podem realmente serem padronizados. Eles são por natureza insubmissos às normas capitalistas da divisão do trabalho e a uma concepção puramente quantitativa da produtividade reduzida na fórmula lapidária: “Produzir sempre mais com uma quantidade menor de trabalho com a finalidade de reduzir os custos e de aumentar os proveitos”. Nas produções *do humano através do humano*, a eficácia em termos de resultado depende de toda uma série de variáveis qualitativas ligadas à comunicação, à densidade das relações humanas, ao cuidado desinteressado e, portanto, à disponibilidade de tempo para o outro, que a racionalidade empresarial e do *New Public Management* são incapazes de considerar, ou seja são considerados como custos e tempos mortos. A tentativa de elevar a renda e a produtividade dessas atividades não pode, portanto, completar-se em detrimento a sua qualidade e a sua eficácia social.

O segundo argumento depende das distorções profundas que a introdução dos critérios de eficiência empresarial e/ou do princípio de demanda de solvência introduz na alocação dos recursos e no direito ao acesso desses serviços. Disso resulta somente uma drástica redução das suas quantidades e das suas qualidades, mesmo sendo as condições primordiais da reprodução da força-trabalho, e, portanto, do conhecido “capital humano” (e intangível) do qual se alimenta o capitalismo cognitivo.

A dramaticidade da crise sanitária desde o coronavírus foi um alarme para a dimensão dessas contradições. Evidenciou o caráter irreconciliável entre a lógica do capitalismo cognitivo e neoliberal com a economia baseada no conhecimento e nas *produções do humano através do humano*. Todavia, mostra também uma estrada em direção a um modelo alternativo que faria de tais produções *bens comuns* inalienáveis, apresentados para além de uma lógica de mercado e gerenciados segundo princípios democráticos da comunidade dos trabalhadores e dos usuários¹⁵.

¹⁵ A. Fumagalli, C. Vercellone, *Il reddito di base sociale incondizionato (Rbsi) come reddito primario e istituzione del Comune*, «Questione Giustizia», Aprile 2020, http://www.questionegiustizia.it/articolo/il-reddito-di-base-sociale-incondizionato-rbsi-come-reddito-primario-e-istituzione-del-comune_28-04-2020.php



Desestabilização dos termos canônicos da relação salarial e empresarial do trabalho cognitivo

A segunda evolução diz respeito à passagem da hegemonia de uma divisão taylorista a de uma organização cognitiva do trabalho. Claro que essa tendência não é unívoca. Dentro de um determinado setor, certas fases do processo produtivo podem ser organizadas segundo princípios cognitivos, enquanto outras fases da produção, sobretudo as operações industriais mais padronizadas, podem permanecer baseadas em uma organização do tipo taylorista ou neo-taylorista e, na maior parte dos casos, externalizadas na China ou nos países em via de desenvolvimento. É, por exemplo, o caso da produção dos *smartphones* da Apple ou da indústria farmacêutica – com os seus efeitos perversos, tais como a penúria de certos medicamentos, que pudemos constatar durante a crise sanitária e a economia de 2020. Todavia, ao menos nos países OCSE, é o trabalho cognitivo que se encontra já no centro do processo de valorização do capital. Contemporaneamente, o lugar principal da criação de valor desloca-se cada vez mais do início ao fim da fase de produção direta para as etapas de concepção, de *marketing* e serviços ao cliente.

Nesse contexto, o crescimento da dimensão cognitiva e imaterial do trabalho induz a uma profunda desestabilização dos princípios que regulavam, no capitalismo industrial, a relação salarial e os dispositivos de controle do trabalho. Particularmente a unidade de tempo e de lugar da prestação de trabalho, que estruturava a norma fordista na relação salarial, e que se encontra hoje recolocada em discussão de forma bastante profunda. Na fábrica fordista, graças à rígida prescrição dos tempos e das tarefas, o capital parecia ter eliminado todas as incertezas relacionadas à execução do contrato de trabalho e, ao mesmo tempo, ter estabelecido uma clara separação entre tempo de trabalho e tempo livre. Mas tudo muda já que o trabalho, tornando-se sempre mais cognitivo e relacional, não pode mais ser prescrito e reduzido a um simples dispêndio de energia efetuado em um tempo determinado. O dilema pertinente ao controle do trabalho reaparece em novas estruturas. O capital não depende mais somente dos conhecimentos implícitos dos trabalhadores, mas deve obter uma mobilização ativa da subjetividade e **do total dos tempos de vida** dos trabalhadores. Assim como na criação do valor, também os dispositivos empresariais de controle do trabalho aproximam-se cada vez mais, do começo ao fim do processo, ao ato produtivo direto. Colocando de outra forma, a prescrição taylorista do trabalho cede lugar à prescrição da subjetividade e à obrigação do resultado.

Neste cenário, atualmente é o trabalho que deve frequentemente assumir a tarefa de encontrar meios para alcançar os objetivos fixados, quase sempre de um modo propositadamente irreal e contraditório, pela direção da empresa. Apesar da retórica da empresa livre e a exaltação da capacidade de iniciativa dos trabalhadores, o *novo espírito* do gerenciamento capitalista dos conhecimentos e dos recursos humanos na verdade incorpora um conjunto de dispositivos de controle da subjetividade baseados no que a psicologia chama de um “sistema de ligações paradoxais”. O objetivo é empurrar os trabalhadores à adesão total aos



objetivos da empresa e, ao mesmo tempo, interiorizar como uma culpa a incapacidade de alcançá-los completamente. Sob a pressão conjunta **dos novos princípios do** gerenciamento do “capital humano”, da precariedade e das ICT, podemos ver uma amplificação do domínio na esfera do trabalho que já invade áreas cruciais para o equilíbrio psicofísico dos indivíduos, gerando novas formas de “sofrimento no trabalho”¹⁶. A consequência dessa evolução é óbvia: um notável aumento do número de horas extras, frequentemente não contabilizadas e nem remuneradas, segundo uma lógica semelhante ao que Marx definiu como mecanismos de extorsão do mais-valor absoluto.

Nesse sentido, parece bem sugestiva a hipótese de Gaulejac e Mercier¹⁷, na qual o novo Taylor do trabalho cognitivo seria o Becker da teoria econômica da família¹⁸, quando postula que a criação do sentido de culpa e que as feridas narcisistas chegam aos filhos através dos pais, e assim torna-se um mecanismo economicamente racional e sofisticado para assegurar a sua fidelidade e uma renda na velhice. De qualquer maneira, dessa relação vem uma individualização da relação salarial e coloca em concorrência os trabalhadores, que aliena a subjetividade e desestabiliza a coesão dos coletivos de trabalho em contradição com os mecanismos que assegurariam as formas mais eficazes de organização cognitiva do trabalho.

Para concluir, tratando-se da privatização do conhecimento e das instituições do *Welfare State*, ou dos princípios do gerenciamento do trabalho cognitivo, existe uma profunda contradição entre a lógica do capitalismo cognitivo e as condições sociais do desenvolvimento de uma sociedade baseada no conhecimento e nas *produções do humano através do humano*, contradição que contém no seu cerne a possibilidade de uma superação da ordem econômica baseada no reino da mercadoria e do lucro.

REFERÊNCIAS

BOYER, R. La croissance début de siècle. Albin Michel, Paris, 2002.

FREYSSENET, M. La division capitaliste du travail. Savelli, Paris, 1977.

FORAY, D. L'économie de la connaissance. La Découverte, Paris, 2009.

GAULEJAC V.; MERCIER, A. Manifeste pour sortir du mal-être au travail, Desclée De Brouwer, Paris, 2012.

GORZ, A. L'immatériel : connaissance, valeur et capital, Galilée, Débats, Paris, 2003.

LUCARELLI, S.; VERCELLONE, C. Welfare systems and social services during the systemic crisis of cognitive capitalism. In European Journal of Economic and Social System, 24, December 2011. pp. 77-100.

¹⁶ Para uma análise aprofundada das novas formas de sofrimento no trabalho ver: V. Gaulejac, A. Mercier, *Manifeste pour sortir du mal-être au travail*, Desclée De Brouwer, Paris, 2011.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ G. S. Becker, *L'approccio economico al comportamento umano*, Bologna, il Mulino, 1988, p. 37



LUNDVALL, B.; LORENZ, E. On the Role of Social Investment in the Learning Economy: A European Perspective. In MOREL, N., PALIER, B., PALME, J., (éd) What Future for Social Investment? Institute for Futures Studies, Digaloo, Stockholm, 2009.

MONNIER, J.M.; VERCELLONE, C. Le Capitalisme cognitif, nouvelle forme de capitalisme?. In Comprendre le capitalisme, Hors-série N°5, Problèmes Economiques, La Documentation Française, 2014, pp. 117-120.

NEGRI, A.; VERCELLONE, C. (2008). Le rapport capital/travail dans le capitalisme cognitive. In Multitudes, N°32, 2008, pp.39-50.

VERCELLONE, C. Connaissance et division du travail dans la dynamique longue du capitalisme. Une approche néo-marxiste du capitalisme cognitif. Habilitation à diriger les recherches, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2014.